

Abuso do majoritário impacta governança

28/09/2024

O chamado “abuso de maioria” ocorre, nas empresas, quando os detentores da maioria das suas ações utilizam seu poder para tomar decisões que, embora legalmente válidas, prejudicam os interesses dos seus demais acionistas. Tal prática, apesar de poder estar dentro dos limites estritamente legais, com frequência maior do que se imagina resulta em desigualdades significativas e, afetando a governança corporativa da companhia, pode ser judicial ou arbitralmente questionada.

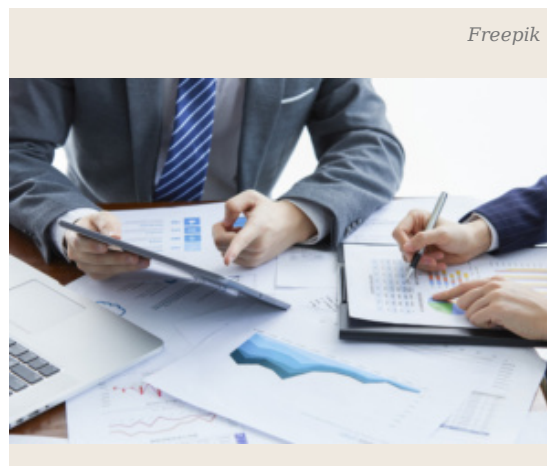
As assembleias gerais extraordinárias (AGEs) são o ambiente no qual se dá a definição dos rumos estratégicos da empresa, como fusões e aquisições (M&A), distribuição de dividendos, mudanças na gestão. No entanto, quando a maioria usa seu poder de forma a favorecer exclusivamente seus próprios interesses, o abuso de maioria se torna evidente.

Isso pode resultar em decisões que não refletem o melhor interesse da empresa como um todo, mas sim os interesses de um grupo dominante de acionistas. Esse tipo de comportamento pode gerar descontentamento e desconfiança entre os acionistas minoritários, afetando a coesão e a moral da base acionária e, conseqüentemente, comprometendo a eficácia e a estabilidade da governança corporativa.

Além dos impactos diretos sobre a governança, o abuso de maioria pode ter efeitos adversos na reputação da empresa e na sua capacidade de atrair e reter investidores. Investidores potenciais às vezes se sentem desencorajados a investir em empresas onde a governança é percebida como injusta ou desequilibrada.

Isso pode reduzir o capital disponível e limitar as oportunidades de crescimento e desenvolvimento para a empresa. Essa percepção negativa também pode influenciar a cotação das ações no mercado aberto e a capacidade da empresa de obter financiamento em condições favoráveis. Em casos extremos, a falta de confiança dos investidores pode levar a uma diminuição no valor de mercado da empresa, dificultando sua posição frente aos concorrentes.

Os direitos dos acionistas minoritários são protegidos por uma série de leis e regulamentos que visam a assegurar um ambiente de negócios justo. Estes direitos incluem o direito de voto nas assembleias gerais, o direito de ser informado sobre as decisões e ações da empresa e a possibilidade de buscar reparação judicial em casos de abuso. O respeito a tais direitos é fundamental para garantir que todos os acionistas tenham voz e que a tomada de decisões reflita um equilíbrio justo entre os interesses diversos.





O sistema judicial representa um recurso valioso para os acionistas minoritários, permitindo-lhes contestar práticas que considerem prejudiciais e buscar medidas corretivas. Além disso, a legislação pode prever mecanismos de proteção adicionais, como o direito de solicitar uma investigação independente em casos de suspeita de má gestão.

Mecanismos para evitar abuso de maioria

Para mitigar os riscos de abuso de maioria, as empresas dispõem de uma série de mecanismos. Cláusulas de maioria qualificada são uma das ferramentas mais eficazes, exigindo um quórum maior para a aprovação de certas decisões importantes. Isso impede que por maioria simples de votos tomem-se decisões que possam impactar de maneira significativa a estrutura e o funcionamento da empresa.

Auditorias independentes são outra medida crucial, garantindo que as decisões sejam avaliadas de maneira objetiva e transparente. Comitês de governança, compostos por representantes dos acionistas minoritários e outros *stakeholders*, também podem ajudar a assegurar que as decisões sejam tomadas com uma visão ampla e inclusiva.

Adicionalmente, a criação de políticas de governança corporativa que estipulem claramente os processos de tomada de decisão e os direitos dos acionistas tendem a contribuir para uma gestão mais equilibrada e menos suscetível a abusos.

A implementação de práticas robustas de governança corporativa é fundamental para prevenir o abuso de maioria. A transparência nas práticas empresariais, a adoção de políticas de compliance e a inclusão de processos que garantam a participação dos acionistas minoritários são essenciais para manter um ambiente justo e equitativo.

Equidade nas decisões

A governança corporativa não deve apenas focar na conformidade legal, mas também na criação de um sistema que valorize a contribuição de todos os acionistas e promova a equidade na tomada de decisões. A criação de canais de comunicação efetivos entre acionistas e gestão também pode revelar-se útil para identificar e resolver questões sensíveis antes que se agravem.

Além disso, devem abranger mecanismos de *feedback* e de monitoramento contínuo para identificar e abordar potenciais abusos antes que se tornem problemas significativos. A educação e a capacitação dos acionistas sobre seus direitos e responsabilidades também são essenciais para garantir que todos os *stakeholders* estejam bem-informados e engajados na proteção de seus interesses.

O fortalecimento das práticas de compliance e a promoção de uma cultura de ética e responsabilidade são fundamentais para garantir que o poder seja exercido de forma justa e responsável entre os acionistas.

Em resumo, o abuso de maioria de acionistas é uma questão complexa que afeta não apenas a equidade entre acionistas, mas também a saúde e a sustentabilidade da governança corporativa da empresa. A implementação de mecanismos de proteção adequados, a adesão a práticas



transparentes e inclusivas, e o respeito aos direitos dos acionistas minoritários são fundamentais para garantir um ambiente de negócios justo e estável.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-set-28/abuso-do-majoritario-impacta-governanca/>